



Audiência pública vai debater uso do dinheiro da *conta única*

(foto Carlos Kilian)

A utilização pelo governo estadual de 70% do dinheiro decorrente de todas as ações judiciais em curso no Estado, depositado na chamada conta única do Poder Judiciário catarinense, será debatida em audiência pública no próximo dia 17, a partir das 9 horas, no Plenarinho. O total depositado hoje na referida conta é de cerca de R\$ 360 milhões. O requerimento foi proposto pelas bancadas do PP, PFL e PT, aprovado na sessão plenária de terça-feira (10). A audiência pública vai reunir representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Procuradoria Geral do Estado, da Associação dos Magistrados Catarinenses e da OAB/SC

(Ordem dos Advogados de Santa Catarina). O governo do Estado quer ter acesso aos recursos para, segundo justifica, pagar precatórios (dívidas do Estado resultantes de ações judiciais com sentença final já emitida), defensoria dativa e investimentos na área de segurança pública. Parlamentares de todas as bancadas estão em dúvida quanto à constitucionalidade da matéria, já que lei federal especifica que apenas 50% dos recursos dos depósitos judiciais, referentes apenas às ações judiciais em que os municípios e estados são parte, podem ser usados. Além disso, temem que o Estado não tenha recursos para restituir o dinheiro sacado, principalmente o referente a ações em que não é parte.

Página 5



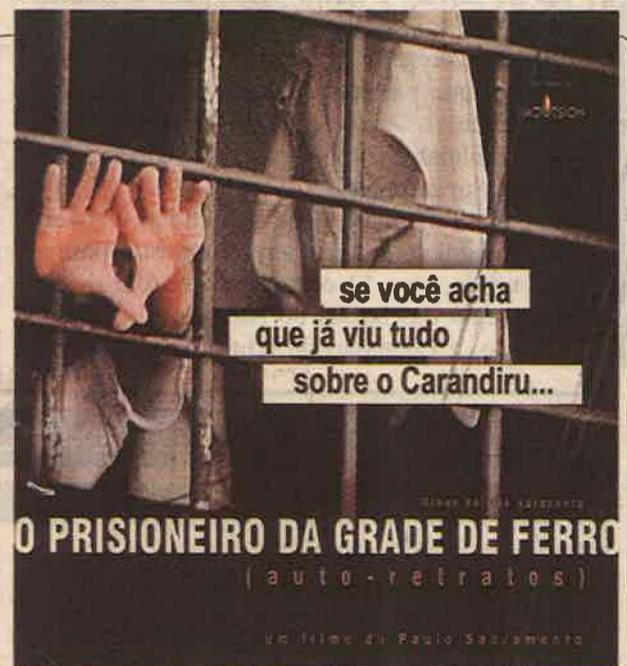
Vários parlamentares, de todas as bancadas, mostram-se cautelosos com a proposta do governo

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Reforma moderniza Plenário

Iniciadas no último dia 5, as obras no Plenário estão a pleno vapor. Desde o ano passado, estão sendo feitas reformas em diversas áreas da sede do Parlamento catarinense, objetivando modernizar e adequar as instalações físicas e ainda proporcionar melhores condições a parlamentares e servidores para a execução de suas funções, além de maior conforto para receber a população.

Página 3



Entrevista

Paulo Sacramento e Afro X falam sobre o documentário

Página 6

Comissão de Finanças aprova criação de cargos proposta pelo Tribunal de Justiça

Página 4

Educação avalia projeto que inclui mel na merenda escolar

Página 4

Preservação dos recursos hídricos

Das fontes de águas termais do Oeste às praias do Litoral, são grandes as riquezas hídricas de Santa Catarina. Ciente de suas obrigações, o Legislativo instituiu o Fórum Permanente para a Preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, vinculado à Comissão Permanente de Agricultura e Política Rural, com o objetivo de fomentar o debate e elevar o nível de consciência necessário à recuperação de áreas degradadas, mediante a criação de formas racionais de exploração das potencialidades desses importantes recursos hídricos.

Enquanto a Assembléia empenha-se em sensibilizar a sociedade, o governo do Estado tem poucas iniciativas no tocante à preservação da importante reserva natural de água. Os programas de controle da exploração irracional e do combate das diferentes formas de contaminação ainda são insuficientes. Para compensar a falta de iniciativas governamentais, o Fórum Permanente, que presido desde abril deste ano, vem realizando encontros e seminários em diferentes regiões do Estado com o propósito de sensibilizar os catarinenses para a adoção urgente de medidas que garantam a preservação dos recursos hídricos naturais. Embora relevante, a educação ambiental já não é suficiente para proteger a Bacia do Rio Uruguai e o Aquífero Guarani. É

preciso implementar ações que assegurem a recuperação da qualidade dos mananciais.

Para tanto, o governo Federal, através do Ministério do Planejamento e a pedido do Fórum Permanente para a preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, no último dia 27 de julho, disponibilizou R\$ 2,25 milhões para a proteção do Aquífero Guarani e a recuperação da Bacia do Rio Uruguai. Para que esses recursos sejam liberados, o governo do Estado deverá elaborar e apresentar, no menor prazo possível, o Plano Diretor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai - Pró-Rio Uruguai / Aquífero Guarani, e ainda criar os instrumentos reguladores da ação estatal direcionada para a recuperação das matas ciliares dos mananciais e dos cursos d'água formadores do respectivo complexo hidrográfico.

Assim, promovendo a participação da comunidade, garantindo o acesso da população à informação e assegurando a alocação dos recursos indispensáveis à implementação de políticas públicas de preservação dos recursos naturais é que o Poder Legislativo, cumprindo suas responsabilidades, vem dando a sua contribuição como guardião dos direitos difusos e coletivos, desta e das futuras gerações.

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

Mobilização pelo Artigo 170

Uma grande mobilização começou a ser organizada pelos universitários das fundações educacionais de Santa Catarina a partir da última quarta-feira (11), em todo o Estado: com o apoio de lideranças políticas e, com certeza, de outros segmentos da sociedade, eles vão às ruas buscar 40 mil assinaturas que viabilizem a volta, à Assembléia Legislativa, do projeto que amplia o valor das bolsas do Artigo 170 da Constituição Estadual.

Na atual sistemática do Artigo 170, parte dos recursos destina-se ao pagamento das bolsas de estudo e outra parte para o crédito educativo (na prática, nunca implementado e que só favoreceria os estudantes menos necessitados, que pudessem depois pagar por este empréstimo). Com a ampliação, os recursos seriam totalmente para as bolsas, beneficiando realmente os carentes.

Em campanha, o então candidato a governador publicou o documento Propostas para a Juventude, com 11 compromissos. Um deles: Ampliação das bolsas do Artigo 170. No ano passado, a Comissão de Educação da Assem-

bléia promoveu sete audiências públicas pelo Estado, respaldada pela comunidade acadêmica e com a participação da sociedade. Fechando o processo, em dezembro de 2003 foi a votação do projeto que ampliava as bolsas. Para espanto dos estudantes e das lideranças políticas (inclusive, de políticos governistas), o governador vetou a proposta que ele dizia defender! O veto voltou à Assembléia e acabou mantido. Além de não ampliar as bolsas, o governo ainda reduziu os valores das mesmas. Em 2003, o Orçamento do Estado era de R\$ 4,1 bilhões e os recursos para as bolsas, de R\$ 25,2 milhões. Neste ano de 2004, o Orçamento Estadual é de mais de R\$ 5 bilhões, e os recursos para as bolsas, de R\$ 25,4 milhões. Ou seja, proporcionalmente, diminuíram!

Para piorar, o governo agora atrasa os repasses. Na maioria das fundações, o atraso é de duas parcelas. Vale destacar que as universidades não aceitam renovar as matrículas se os recursos do semestre não forem integralmente pagos. A partir daí, dá para entender a angústia dos mais de 20 mil estudantes atingidos.

Deputado Joares Ponticelli (PP)

Deputado mexicano e ambientalistas na Alesc

Após a participação em seminários, nos dias 9, em Urubici, e 11, em Florianópolis, sobre o Aquífero Guarani, o deputado do estado mexicano de Sonora, Jesus Bustamante Machado, e ambientalistas do México, Costa Rica, Estados Unidos e Brasil, palestrantes dos seminários, visitaram na tarde de quarta-feira (11) a Assembléia Legislativa, sendo recepcionados pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), e pelos parlamentares, em Plenário. Os seminários foram promovidos pelo Departamento de Engenharia Ambiental da UFSC e pelo Instituto Autopoiésis Brasilis, organização não-governamental formada por professores e alunos do mestrado daquele departamento.

A comitiva continuou o roteiro de visitas pela Epagri e Casan, estando marcado para as 18 horas, na sala das comissões da Casa, um diálogo de experiências com técnicos e membros do Fórum de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, presidido pelo deputado do Padre Pedro Baldissera (PT). Segundo Márcio Cardoso, que representou a UFSC e o Instituto Autopoiésis Brasilis no encontro, o seminário em Urubici contou com a presença de 400 pessoas. Morastoni ouviu os convidados, que enaltecem a troca de experiências entre os países do continente americano, e frisou que, apesar da abundância de água em Santa Catarina, o produto não é infinito. (RV)

(foto Jonas Lemos Campos)



Machado com Morastoni e ambientalistas

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaime Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Reformas prevêem melhorias e modernização da Alesc

A Assembléia Legislativa iniciou reforma nas instalações do Plenário no dia 5 de agosto, objetivando promover, além da melhoria e modernização do prédio, o conforto dos parlamentares, dos servidores e da população. O prazo de conclusão da obra é de 60 dias, estando orçada em R\$ 599.171,25. O diretor de Serviços Técnicos e Manutenção da Casa, Edemilson Acorsi, informa que, depois da reforma realizada no terceiro andar, abrangendo dois gabinetes de lideranças, Divisão de Informática e Escola do Legislativo, foi necessária a realização de obras no Plenário para a melhoria de suas instalações.

As obras na Alesc têm como finalidade a melhoria das instalações físicas e modernização do prédio. "No Plenário está prevista a substituição do

ferro, danificado pelas ações das intempéries, já que a Alesc localiza-se próximo ao mar, a colocação de estruturas metálicas em substituição às de madeira, que estavam tomadas por cupins, a substituição de toda a iluminação, melhoria do sistema de sonorização, mudança total das instalações elétricas prevendo, inclusive, economia de energia, substituição das mesas e bancadas dos deputados, cadeiras na galeria superior, reforma nos quatro banheiros, tanto dos deputados quanto do público e a pintura e recuperação das fissuras do prédio", informou, Acorsi.

O diretor destacou também que, após a reforma, quem estiver passando pelo hall principal poderá visualizar o que está acontecendo em Plenário. "Antes existiam estruturas de madeira com vidros jateados. Agora, os vidros serão transparentes", finalizou. (CA)



Obras devem demorar cerca de dois meses



Dom Vito conclamou a todos a valorizar a família como verdadeira raiz da vida

O importante trabalho realizado pela Pastoral da Família gerou a realização de sessão solene, requerida pelo líder do PT na Assembléia Legislativa, deputado Padre Pedro Baldissera (PT), na noite de segunda-feira (9), no auditório do Tribunal de Contas. A cerimônia integrou as atividades da Semana Nacional da Família (segunda semana de agosto). "Esta é a primeira vez que a Alesc reconhece o trabalho realizado pela pastoral e a importância da família para a sociedade", salientou Baldissera ao abrir a sessão.

Lamentando "o individualismo humano", Padre Pedro reforçou o caráter de preservação da dignidade representado pela instituição família. "Precisamos retomar o sentido de nossa vida e a família dá o suporte e apoio que os indivíduos necessitam."

Durante a homena-

gem, o casal Jane Aparecida e Marco Antônio de Souza e sua filha, da Pastoral Familiar de Barreiros, entregaram placa em homenagem a dom Vito Schlickmann, bispo referencial da Pastoral Familiar Sul IV, representando a Pastoral Familiar. O Poder Legislativo manifestou agradecimentos a dom Vito, pelos relevantes serviços prestados na Pastoral Familiar, especialmente na área do Direito Canônico, atendendo solicitações de todo o Estado. "A família é a fonte de vida e todos desejamos vida plena. A família é a raiz da vida e tem um valor insubstituível", disse o bispo. "Vamos tratar a família de uma maneira diferente, com raízes mais profundas", finalizou. O promotor de Justiça aposentado da Vara da Família, Infância e Juventude, Luiz Néri

Pacheco dos Reis, salientou que o amor é a energia da vida e que as questões morais e sociais provêm da maneira que a criança é criada. "O país mais rico e seguro vai ser aquele que amparar as famílias. Temos que nos unir no mesmo propósito, de unir a família."

Segundo o pastor metodista Clori Trindade de Oliveira, Deus criou o homem, não por ser solitário, mas por ser uma entidade social. "Algumas pessoas dizem que Deus criou o mundo num momento de solidão, sofrimento e necessidades. Não é assim. Deus criou o mundo para sua riqueza. Quero apenas destacar a vida, coisa extraordinária, monumental. Temos que ter consciência da família, onde construímos a vida. A família não nasce pronta, tem que ser construída, assim como a vida." (DAB)

Comunicação

AL Notícias está na Internet

Desde o recesso parlamentar, no mês de julho, a sociedade catarinense conta com mais uma opção para saber o que está acontecendo na Assembléia Legislativa - as propostas, os debates, a atuação dos deputados no cumprimento de suas prerrogativas constitucionais. Basta acessar a página eletrônica (www.alesc.sc.gov.br), onde o jornal impresso produzido pela Divisão de Imprensa pode ser encontrado na íntegra.

"Começamos a implementação do projeto do jornal eletrônico com a edição nº 173, da semana que iniciou o recesso em julho", conta o coordenador da Divisão, Celso A. S. da Rosa, que concebeu e implantou a versão virtual do informativo impresso. A versão reproduz exatamente o jornal que, por enquanto, chega a pouco mais de seis mil instituições - órgãos públicos e associações civis -, com fotos e textos completos, podendo ser acessado de qualquer lugar do mundo em que haja uma conexão com a rede mundial.

De acordo com Celso, ainda estão sendo procedidos ajustes de pequenos detalhes, como envio de imagem, de legendas e apresentações. "Mas, o grande objetivo, que é ampliar as opções para que a sociedade acompanhe praticamente em tempo real o que estão fazendo seus representantes no Legislativo, já está concretizado", assinala. Em breve, anuncia, o leitor virtual poderá também conferir as edições anteriores do AL Notícias, lançado em dezembro de 2002 no atual formato e proposta editorial. (MMV)



Equipe da Rádio Alesc em plena atividade

Rádio On-line

Outra opção para acompanhar passo a passo o que acontece no Parlamento, é entrar na página eletrônica da Assembléia e acessar o ícone da Rádio Alesc Digital On-line. "É basicamente um serviço de comunicação que funciona como uma rádio na Internet", explica o chefe do setor de Rádio, Eduardo Rocha.

Onde quer que esteja, o ouvinte pode acessar as notícias e entrevistas gravadas com os deputados, além da programação ao vivo, que começa às 8h30min, com o Bom Dia Cidadão, destinado a repercutir as principais notícias, do dia abrindo espaço para o parlamentar fazer seus comentários sobre os assuntos em pauta, com intervalos musicais. Às 10h, o internauta-ouvinte pode acompanhar o Estúdio Democrático, com entrevistas em estúdio ou por telefone, realizadas pela equipe de reportagem da Rádio Alesc Digital, repercutindo e discutindo os destaques da imprensa estadual, nacional e internacional, além de divulgar a Agenda do Legislativo. As sessões plenárias também podem ser acessadas, em tempo real, no programa Cenário Político. (MMV)

Projeto inclui mel na merenda escolar

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), aprovou na manhã de quarta-feira (11) a admissibilidade do projeto de lei, de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), que inclui o mel na merenda escolar da rede pública de ensino. A matéria foi relatada pelo deputado Djalma Berger (PSDB), sugerindo a inclusão de emenda à LDO 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que aumente de R\$ 0,13 para, pelo menos, o dobro, o valor repassado à merenda para cada educando.

Berger salientou que o projeto de Titon é de extrema importância, não só pelo mel ter grande produção no Estado como também pela alimentação protéica que proporciona. Eccel ponderou ao relator do projeto

que vários outros produtos, a exemplo da maçã e do peixe, foram indicados para inclusão na merenda e aprovados pela Assembleia. “Só que os projetos foram vetados pelo governo por vício de origem, pois a legislação orienta que a inclusão de produtos na merenda escolar fica afeta, exclusivamente, ao Conselho Estadual de

Alimentação Escolar”, observou. Por outro lado, Berger esclareceu que o presidente desse Conselho, Ênio Pablo de Souza, emitiu parecer favorável sobre a matéria em documento que está

anexo ao projeto. “Ele apenas alerta para a falta de recursos para a inclusão do mel e outros produtos na merenda. Além disso, a Comissão de Constituição e Justiça da Alesc aprovou o mé-

rito da matéria, portanto, dando condições para a continuidade da tramitação do projeto”, ressaltou. Participaram da reunião os deputados Pedro Baldissera (PT), Simone Schramm (PMDB)



Deputados Dário Berger e Paulo Eccel durante a reunião

e Lício Mauro da Silveira (PP).

Expedientes – O deputado Celestino Secco (PPB) encaminhou expediente à Comissão de Educação com um abaixo-assinado de alunos da Faculdade Estácio de Sá, reivindicando acesso aos recursos para bolsas de estudos previstas pelo Artigo 170 da Constituição Estadual. “A legislação atual não permite acesso a essas bolsas de estudos a alunos de faculdades que não estejam ligadas ao Sistema Acafe. Mas existe um projeto tramitando na Comissão para que possamos contemplar alunos de outras universidades”, informou Eccel. De acordo com ele, a Associação dos Bibliotecários de Santa Catarina enviou correspondência alertando para os problemas que enfrenta a Biblioteca Pública do Estado e pedindo apoio. (CA)

Finanças aprova criação de cargos no TJ

Sob a presidência do deputado Afrânio Boppré (PT), que por 60 dias estará substituindo o deputado João Paulo Kleinübing (PFL), em licença, a Comissão de Finanças aprovou na quarta-feira (11) o Projeto de Lei Complementar nº 16/04, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que cria cargos no quadro de pessoal da Secretaria do TJ. Relatado pelo deputado Reno Caramori (PP), o projeto prevê 26 cargos de agente operacional de serviços diversos (nível médio) e dois cargos de assessor especial (nível superior), e ainda transforma dois cargos de secretário jurídico do mesmo grupo e nível em cargos de assessor especial. Segundo o TJ, a criação objetiva suprir uma defasagem no quadro de pessoal e os recursos financeiros disponíveis do Tribunal suportam a efe-

tivação da despesa.

Indústria de genéricos - Ainda durante a reunião, foi aprovado por unanimidade o requerimento de autoria dos deputados Joares Ponticelli (PP) e Antônio Ceron (PFL) que convida o presidente do Badesc, Renato de Mello Vianna, a comparecer à reunião da Comissão no próximo dia 18, às 9 horas, para prestar esclarecimentos sobre a venda do Laboratório Elofar, pertencente à Indústria de Genéricos de Santa Catarina (SC Genéricos), empresa em que o Badesc detém 81% do capital. “Nessa oportunidade, pretendemos obter amplo esclarecimento sobre toda a operação, suas motivações e conseqüências, dando à sociedade a resposta que ela merece e exige”, justificam os parlamentares, alegando que a operação de venda está repleta de dúvidas e questionamentos. (RMPP)



PLC aprovado pela Comissão foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça

Mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente

A experiência obtida durante a realização das audiências públicas da Segurança Pública pela Assembleia Legislativa, no ano passado, onde conheceu, in loco, a situação dos Centros de Internação Provisória e os CER (Centros de Educação Regional) para menores infratores, levou o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) a questionar as reformas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O parlamentar, como crítico das medidas legislativas propostas no Congresso Nacional para a mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente, enviou ofício ao presidente do grupo de trabalho, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), contestando as medidas.

Lício informa que Vicente Cascione (PTB-SP), deputado federal participante do grupo que estuda a reforma, propõe em seu relatório, a ser votado ainda neste mês, a alteração da medida de internação de três para até 30 anos, dependendo da gravidade da infração cometida. “Se fosse só isso, até que se entenderia a apelação. Porém, o cumprimento de pena de 30 anos nunca foi e nunca será medida sócio-educativa. Pela alteração, ela deverá ser cumprida de maneiras diferenciadas até o adolescente completar 18 anos, quando ele passaria para o Centro de Educação Regional, ou, conforme o caso, para uma penitenciária, onde cumpriria o restante da pena”, observa.

O deputado ressalta que, no rela-



Deputado Lício Mauro (PP)

tório, Cascione explica que, mesmo que o juiz tenha sentenciado 20 anos, o adolescente poderá estar em liberdade até com apenas um ano da aplicação da medida sócio-educativa, porque haverá avaliação semestral ou anual. “Nosso posicionamento é muito claro sobre a questão. As alterações levantam a inadmissibilidade dos CERs com delinquentes com mais de 18 anos e sentenças a cumprir, em função da impossibilidade de manter o adolescente que não tem nada a perder, porque após a maioridade irá para a penitenciária. Se houvesse um bom sistema educacional, não precisaríamos de tantas penitenciárias em nosso país”, acrescentou. (CA)

Conta única

Relator propõe 50% como limite de saque e adia parecer

O Projeto de Lei nº 250/2004 – que dispõe sobre a gestão dos depósitos judiciais –, foi tema de intensa discussão na reunião da Comissão de Finanças, na manhã de terça-feira (10), mesmo depois do deputado relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Jorginho Mello (PSDB), anunciar o adiamento da apresentação de seu parecer para o dia 17. Mello propõe, em substitutivo global, a redução de 70% para 50% o percentual de saque do total dos depósitos, incluindo os que se referem às ações em que o governo não é parte. O PL encaminhado pelo Executivo deu entrada na Casa, em regime de urgência, no dia 17 de junho e teria prazo até o dia 18 de agosto para ser deliberado em Plenário.

Além dos deputados opositores, parlamentares das chamadas bancadas de sustentação do governo também estão cautelosos, e o Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados manifestaram-se pública e enfaticamente contra a idéia. O principal argumento contra a proposta, conforme assinala o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, é que o pleito do Executivo fere a lei federal nº 10.819/2003, que limita o repasse de apenas 50% da verba correspondente a ações das quais o governo é parte. “Esta Casa não é um cartório de carimbo dos projetos do Executivo. Não podemos ficar à mercê do governador. Por isso, juntamente com as lideranças do PT e do PFL subscrevemos esse requerimento para poder ouvir as instituições envolvidas neste processo, inclusive os cerca de 70 mil beneficiários dos depósitos”, explicou o progressista.

Jorginho Mello salientou que, atendendo a pedido do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), pretende conversar com o presidente do Tribunal de Justiça antes da apreciação pela CCJ. “Como ainda estamos dentro do prazo regimental, pretendemos apresentar o relatório na próxima terça-feira. Não estou protelando nada. Vou fazer meu relato dentro do meu entendimento e essa Casa vai deliberar, como sempre fez, com altivez e soberania”, ressaltou. Também participaram da reunião da Comissão os deputados Herneus de Nadal (PMDB), Reno Caramori (PP), Odete de Jesus (PL), Dionei Walter da Silva (PT) e João Henrique Blasi (PMDB). (CA)



Deputado Jorginho Mello (PSDB)

Assunto provoca polêmica em Plenário

(foto Carlos Kilian)



Discussões se estenderam por quase toda a sessão plenária da última terça-feira

Após o deputado Jorginho Mello (PSDB), relator do Projeto de Lei nº 250, sobre a conta única, ter adiado o parecer da matéria para a próxima terça-feira (17), os parlamentares opositores debateram o assunto na sessão plenária da tarde do dia 10. O deputado Joares Ponticelli (PP) foi o primeiro a usar a tribuna para criticar o adiamento do parecer, pois o projeto de lei entrou na Casa já com pedido de urgência. Segundo Ponticelli, o Estado está passando por uma das piores crises econômicas de sua história, o que faz o atual governo buscar alternativas para cobrir os rombos nos cofres públicos. “O adiamento do parecer desse projeto prejudica as milhares de pessoas físicas que precisam ter acesso à sua parte do dinheiro, integrando os processos judiciais já resolvidos”, afirmou. “Se esta Casa aprovar o projeto, estaremos compactuando com uma ilegalidade”, completou.

O deputado Antônio Ceron (PFL) lembrou que a matéria tem um prazo regimental que precisa ser seguido. “Já estamos na metade do prazo e parece que o governo quer que a matéria seja esquecida”, comentou. “Além disso, não adianta levantar milhões para tampar buracos para depois a receita continuar maior do que a arrecadação”, completou.

Alarde da oposição – Líder do

governo na AL, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) criticou a oposição pelo “alarde”. “Não sei por que há tanto alarde. É preciso pagar os precatórios, a defensoria dativa e necessitamos encontrar caminhos para fazer frente a essas necessidades prementes da sociedade”, enfatizou. Para o deputado, a atitude da oposição é exagerada. “Todos os estados estão vivendo momentos difíceis e isso não é de hoje. Por isso, devemos procurar condições do Executivo achar um caminho para sanar as dívidas do Estado”, concluiu.

A retirada do pedido de urgência para o projeto também foi mencionada durante a discussão. A solicitação foi feita pelo deputado Afrânio

Boppré (PT) para que a discussão seja realizada de forma completa. “Precisamos discutir esse assunto com tranquilidade, com muita cautela e por isso é necessário a retirada do pedido de urgência deste projeto”, defendeu. De acordo com o deputado, enquanto a matéria tramita compete aos parlamentares discutir soluções para evitar a possibilidade de uma crise no Estado, assumindo o papel de mediadores políticos entre os Três Poderes. “A Alesc deve chamar o governador Luiz Henrique da Silveira e o presidente do Tribunal de Justiça, Jorge Mussi, para conversar e buscar soluções que agradem a todos”, finalizou. (TK/GMP)

TJ condena Casan a pagar mais de R\$ 1 milhão

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a origem do passivo trabalhista da Casan, deputado Dionei Walter da Silva (PT), informou em Plenário, durante manifestação na manhã de quarta-feira (11), que a estatal foi condenada a pagar, em processo cível, mais de R\$ 1 milhão. A ação foi proposta por uma família residente ao lado da Estação de Tratamento de Água de Curitiba. Os funcionários da empresa liberavam água da limpeza dos filtros em sua propriedade.

Dionei explicou que a ação deu entrada no Fórum daquele município em 2000 e o juiz concedeu liminar em favor dos autores, determinando que a empresa não promovesse mais essa deságua sob pena de multa de R\$ 1 mil por dia. “A empresa, diante da decisão judicial, comunicou ao magistrado que não mais usava o terreno ao lado, tomando as providências cabíveis e após a diligência da Justiça acabou tornando o processo sem efeito. Mas, em 2003, depois do recurso da família, o TJ condenou a Casan a pagar mais

de R\$ 1 milhão em multas. Isso é um absurdo. O juiz local havia determinado o fim da liminar, enquanto que, em segundo grau, o TJ beneficiou os autores porque a Casan é uma empresa pública”, ressaltou. Dionei disse ainda que foi informado por um juiz que existe mais uma ação contra a Casan que chega a ultrapassar R\$ 2 milhões e isso pode deixar a estatal inadimplível. “É preciso olhar com atenção outros problemas e irregularidades detectadas fora do objeto da CPI, sob pena da Casan fechar suas portas”, alertou o parlamentar. (CA)

Verdade sobre o cárcere

Rubens Vargas

Estreante em longa-metragem, o cineasta Paulo Sacramento esteve esta semana em Florianópolis, a convite do movimento Nação Hip Hop e acompanhado do rapper Afro X, para divulgar e debater com comunidades carentes e universitários o documentário "Prisioneiro da grade de ferro", realizado no extinto presídio do Carandiru, em São Paulo. Premiado em vários países e há três meses no circuito comercial na capital paulista, com boas críticas da imprensa, o filme contou com a participação efetiva dos detentos, já que uma das duas câmeras digitais utilizadas nos sete meses de trabalho estava em suas mãos. Informados durante a entrevista coletiva do dia 10, na Assembléia Legislativa, de que a exibição marcada para as 14 horas no regime semi-aberto da Penitenciária de Florianópolis havia sido cancelada por motivos de segurança e de ordem, Sacramento e Afro X, ex-detento, lamentaram a decisão.



Sacramento: "Interação com os presos foi essencial"



Rapper Afro X e Paulo Sacramento, que dirige o documentário

AL Notícias – Como foi a receptividade e o convívio num local marcado por rebeliões e pelo massacre, segundo os números oficiais de 111 presos?

Paulo Sacramento – Apenas nas primeiras três semanas trabalhamos com escolta, depois seguimos sozinhos porque os funcionários tinham medo. Antes de completar uma hora, mais de 100 detentos estavam inscritos para atuar nas filmagens. Eles se apegaram à idéia, pois trabalham pouco e são carentes de atividades culturais. No início houve resistência, mas os dias e meses no presídio mostraram que nós não iríamos cumprir a rotina dos noticiários dos meios de comunicação.

AL Notícias – Qual foi a abordagem para fazer o documentário?

Paulo Sacramento – Nós fugimos dos clichês do documentário sobre o tema: rebeliões e fugas. Houve, realmente, uma interação com os presos. Duas equipes atuaram em sete dos nove pavilhões, que são prédios separados. Enquanto eles filmavam com uma câmera, nós acompanhávamos com outra. À noite, eles filmavam sem o nosso monitoramento.

AL Notícias – De onde surgiu a inspiração e qual a mensagem a ser passada ao público?

Paulo Sacramento – Eu tive a influência dos livros do Percival de Souza, um estudioso da criminalidade. Busco, com o filme, trazer mais informação à sociedade sobre o assunto, pois no mundo está se constatando a falência da idéia

de encarcerar. Os presos nunca são ouvidos e eu acho necessário criar uma ouvidoria para conhecer seus verdadeiros problemas, não somente os mais corriqueiros como o direito à visita.

AL Notícias – E sobre a recusa da Penitenciária da capital em exibir e discutir o seu filme?

Paulo Sacramento – Fiquei chateado, pois foi perdida uma oportunidade única do interno pensar sobre sua própria vida, os motivos que o levaram a esta situação. Precisamos encarar o problema de frente e é isto que o documentário propõe.



Afro X: "O hip hop me resgatou do crime"

AFRO X

AL Notícias – O que você achou de "Prisioneiro da grade de ferro"?

Afro X – Dos filmes sobre a prisão, eu creio que foi o mais fiel à realidade, porque a vida do crime não tem final feliz. O cara acaba na cadeia, numa cadeira de rodas ou morto. Dos que saem da cadeia, 60% retornam. Eu vou carregar por toda a minha vida esta cicatriz, pois no Brasil os ex-detentos têm muitas dificuldades de conseguir emprego e outros são demitidos quando o passado vem à tona.

AL Notícias – Você acha que o rap e a pregação evangélica têm contribuído para a ressocialização de muitos detentos?

Afro X – No meu caso, o rap foi um subterfúgio, como a religião em alguns momentos. O hip hop me resgatou do crime e hoje eu estou criando empregos para os meus parceiros. O sistema trata a periferia como um laboratório para o consumo de álcool e drogas e o rap veio para reescrever a história. Ele trouxe a autoestima, o meu significado aqui na Terra.

AL Notícias – O que se pode fazer para melhorar o sistema carcerário?

Afro X – Primeiro, uma reformulação do Código Penal, pois as pessoas querem se recuperar mas não há política de incentivo.

Para crimes leves, penas alternativas. Como uma forma de prevenção ao crime, o sistema educacional deveria estar presente nas prisões, mas não de uma maneira superficial como acontece em São Paulo. A educação pode ser uma grande atenuante numa cidade que vive em guerra. Falta um incentivo às empresas para a contratação de ex-detentos.

AL Notícias – E quanto à recusa da Penitenciária de exibir o documentário?

Afro X – É muito estranho. Em São Paulo, há uma ética entre os presos. Quando há visita ou algum evento, todos se comportam. Faltou respeito aos detentos, que têm direito a atividades culturais e à informação.

Parlamentares querem explicações do DNIT sobre rodovias de SC

O deputado tucano Francisco Kuster fez um caloroso discurso durante a sessão plenária da tarde do último dia 3, apontando a burocracia como o principal entrave aos trâmites para liberação de verbas destinadas às rodovias. “Assim como não adianta culpar o governo passado, é pouco proveitoso culpar o presidente Lula. Entretanto, é dever de cada político, seja ele parlamentar ou administrador, e também da própria sociedade, pressionar os órgãos competentes para que os recursos arrecadados pela CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível sejam realmente destinados à manutenção das rodovias brasileiras”.

O parlamentar informou que, em dois anos, já foram arrecadados cerca de R\$ 23 bilhões com a CIDE. “Mas quanto desse montante foi direcionado para nossas estradas?”, indagou. Ele afirmou que a BR-116, que liga os municípios de Santa Cecília e Mafrá, está em completo abandono, e todos os catarinenses sabem dos prejuízos à vida e ao desenvolvimento provocados pelas BRs 282, 470 e a famo-

sa 101. “Por isso, precisamos marcar a visita do engenheiro e chefe do Departamento de Infra-estrutura no estado, João José dos Santos”.

No sessão de quarta-feira (4), mais uma vez o assunto entrou na pauta das discussões. O deputado Antônio Ceron (PFL), enfocando as BRs 282 e 116, também pediu que o chefe do DNIT em Santa Catarina preste esclarecimentos à população. A BR-116, considerada mais importante que a BR-101, também foi citada. De acordo com o parlamentar, para trafegar pela rodovia só a cavalo ou de carroça. “O que eu mais quero é que o governo se sensibilize e olhe com carinho a situação lastimável em que se encontram essas rodovias”. Lembrando que a BR-116 é a mais antiga de Santa Catarina e a única que corta o Brasil de norte a sul, o deputado Onofre Agostini (PFL) também falou sobre a importância e a urgência de obras de recuperação e modernização. “Há locais em que é preferível retirar o asfalto. Não é possível que vidas humanas sejam colocadas num buraco com o que está acontecendo agora”. (TK/GMP)



Situação é ruim em todas as rodovias federais. Na foto, a marcha na BR-101, realizada em abril

Dia de Santa Catarina

O Dia de Santa Catarina, comemorado no dia 11 de agosto, foi lembrado pela deputada Simone Schramm (PMDB), em discurso da tribuna na manhã de quarta-feira (11). Relatora do projeto na Comissão de Educação, aprovado no ano passado, ela rememorou um pouco da história, falando da criação da Capitania de Santa Catarina, em 1738, que tinha propósitos concretos de desenvolvimento e proteção do Brasil meridional frente às incursões espanholas na região.

“Esse também é um dia especial porque, pela primeira vez, estamos cultuando e glorificando nossa história, que antes era comemorada apenas como um dia religioso, em 25 de novembro, dedicado exclusivamente a Santa Catarina de

Alexandria, previsto no calendário litúrgico da Igreja Católica. Agora temos uma data magna que diz respeito a nossa história, como o Rio Grande do Sul, que comemora sua data em 20 de setembro, numa menção à Revolução Farroupilha”, salientou a deputada. A parlamentar destacou que, desde a criação da Capitania de Santa Catarina, “estamos lutando, não mais contra invasões, mas pelo desenvolvimento de um Estado promissor”.

Reporto – Aproveitando o espaço, a deputada, que preside o Fórum Catarinense da Crise Portuária, homenageou o governo federal pela implantação do Reporto, que retira tributos federais incidentes sobre máquinas e equipamentos portuários como IPI, Cofis, PIS/Pasep e imposto sobre as importações. (CA)

Campanhas antidrogas

O envolvimento de jovens da classe média alta no tráfico de drogas foi levado para debate na tarde de terça-feira (10) pela deputada Odete de Jesus.

A parlamentar disse que está preocupada com o crescente número de jovens que se predispõem a transportar drogas de um país para outro e acabam presos e muitas vezes condenados até à pena de

morte. “Isso vale uma reflexão profunda sobre o que leva esses jovens a correrem esses riscos. Vale uma discussão, pois não se trata apenas de narcotráfico, e sim da falta de estrutura familiar e espiritual”, comentou.

Odete argumentou que o que a preocupa como parlamentar é o quadro degradante da omissão dos pais diante das atitudes dos fi-

lhos, falta de diálogo, desestruturação familiar e descaminhos de uma sociedade em decadência. “Fui autora do projeto ‘Falando a Verdade sobre as Drogas’, que foi sancionado pelo governador, e como presidente da Comissão que trata dos direitos humanos nesta Casa vou cobrar dos órgãos competentes que as campanhas sejam intensificadas”, finalizou. (TK)

Moção pede mais auxílio para agricultores

A Assembléia Legislativa encaminhando esta semana moção ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) pedindo a inclusão de mais 37 municípios catarinenses na relação dos que tiveram agricultores beneficiados com o desconto no financiamento de safras prejudicadas por intempéries, ou receberão por este motivo auxílio emergencial a fundo perdido. A maioria foi prejudicada pela prolongada estiagem do início do ano e está localizada na região

Oeste. O deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB) acompanha atentamente a questão e lembra que no Alto Vale há produtores rurais de Chapadão do Lageado que também aguardam apoio governamental.

Peninha foi um dos signatários da moção que pretende ampliar a listagem dos municípios que decretaram estado de emergência ou de calamidade e foram incluídos na portaria que concedeu o rebate de R\$ 650,00 para quem tomou empréstimo, ou abono de R\$ 300,00 para quem

teve perdas reconhecidas pelos serviços de assistência técnica. O impasse surgiu porque só foram admitidos municípios que sofreram perdas mínimas de 30% a 50% nas lavouras de milho, soja, feijão e arroz.

Na listagem dos municípios catarinenses que esperam a revisão da portaria ministerial também estão Criciúma e Siderópolis, da região sul do Estado, onde os agricultores sofreram perdas em função do ciclone Catarina. (EPCS)

Nota fiscal para a cebola

Os deputados aprovaram na sessão plenária de quarta-feira (11) o Projeto de Lei nº 190/04, de origem governamental, revogando a Lei nº 12.569, de 4 de abril de 2003, que vedava o uso de Nota Fiscal de Produtor nas operações interestaduais com cebola.

Segundo o Executivo, a revogação é necessária porque a Lei não traz nenhum benefício para o Estado e ainda acarreta inúmeras dificuldades para os produtores de

cebola, pois a Nota Fiscal de Produtor é o documento fiscal colocado a sua disposição para documentar as operações de venda. O governo do Estado informa que, com a revogação desta lei, já está sendo providenciada a adequação da legislação tributária de modo a permitir que o produtor rural possa voltar a utilizar a Nota Fiscal de Produtor para, sob certas condições, vender a cebola por ele produzida para outros estados do país. (RV)

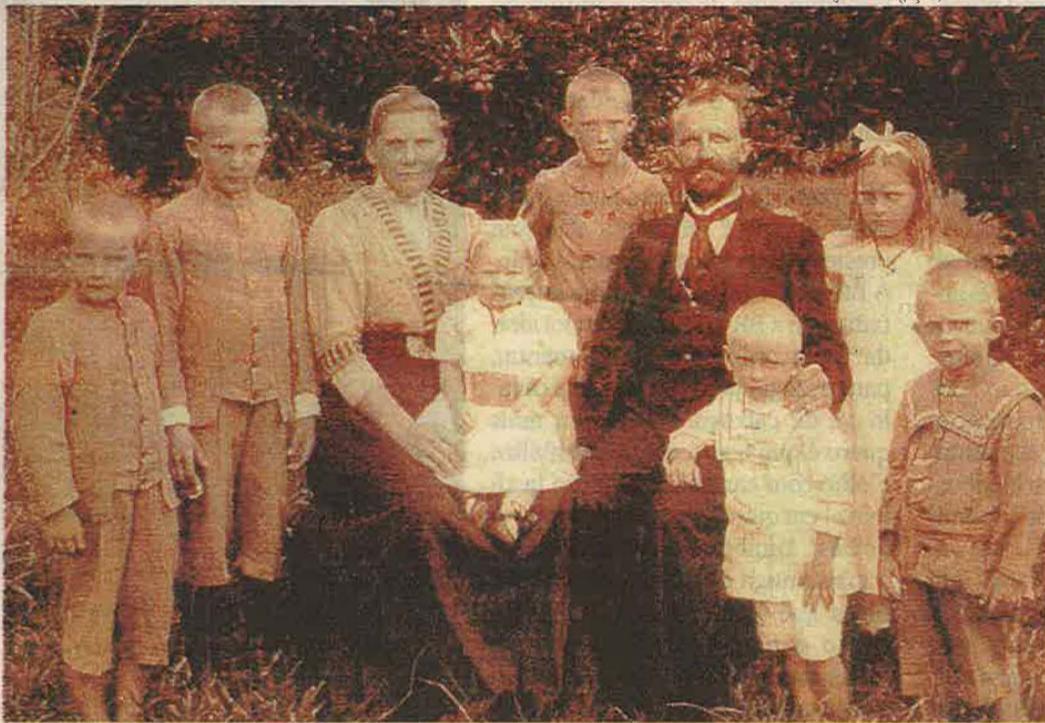
180 anos da colonização alemã em Santa Catarina

Famílias homenageadas

Mais de 400 pessoas lotaram, na noite de terça-feira (10), o auditório do Centro Administrativo do Governo do Estado, em Florianópolis, quando foi realizada a sessão solene requerida pela deputada Simone Schramm (PMDB) para homenagear a cultura germânica e os 180 anos da imigração alemã no Brasil, em especial em Santa Catarina.

Presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), a sessão teve a participação dos deputados Rogério Mendonça (PMDB), César Cim (PDT), Manoel Mota (PMDB), João Henrique Blasi (PMDB), Francisco Küster (PMDB) e Genésio Goulart (PMDB), além do governador Luiz Henrique da Silveira, secretários de Estado, representante do TCE (Tribunal de Contas do Estado), conselheiro Wilson Wan Dall, cônsules da Alemanha, Áustria e Suíça em Santa Catarina, homenageados e convidados.

Um total de 121 pessoas, descendentes de imigrantes alemães, receberam do Parlamento estadual uma placa comemorativa



Família Zimmermann esteve entre os pioneiros alemães que chegaram ao Estado entre 1829 e 1897



Deputada Simone Schramm (PMDB)

e um vaso de orquídeas - flor muito cultivada e apreciada pelos colonizadores e seus descendentes.

No Brasil, a colonização alemã teve início em 1824, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, entre os anos de 1829 e 1897, com a chegada de um grupo de 39 imigrantes. Inicialmente eles se radicaram em São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, e depois no Vale do Itajaí, nos municípios de Gaspar e Brusque. Em seguida, várias famílias instalaram-se em Águas Mornas, Antônio Carlos, Rancho Queimado, Alfredo Wagner, Angelina, São Bonifácio, Governador Celso Ramos, Joinville, Blumenau, Pomerode, Indaial, Timbó, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, São Ludgero, Grão-Pará, Corupá e Ibirama. En-

tre os germânicos, além de alemães, também colonizaram o Estado os austríacos e os suíços.

“Esta sessão surgiu do desejo de enaltecer e glorificar a memória dos nossos corajosos imigrantes, dos nossos pioneiros”, destacou Schramm, que na oportunidade homenageou o governador Luiz Henrique “pelo incentivo e apoio à cultura germânica em Santa Catarina”.

O cônsul honorário da Alemanha em Joinville, o empresário Udo Döhler, que falou em nome dos homenageados, agradeceu a iniciativa e reverenciou também a memória dos colonizadores. “Dos pioneiros, herdamos o sangue empreendedor, trabalhador e realizador”. Ao final da solenidade, houve apresentação de grupos de Rancho Queimado e Joinville, com danças típicas alemãs. O público também apreciou uma exposição de fotos sobre a história da imigração alemã.



Descendentes de imigrantes, amigos, autoridades, lotaram o auditório para a homenagem prestada pelo Poder Legislativo

Altmann
Bornschein
Bunn
Buss
Colin
Czerniewicz
Degering
Dignart
Donner
Exterkoetter
Fleischer
Fritz Vogel
Guckert
Hawerth
Henschel
Hillbrecht
Hoffmann
Horst
Jönk
Kaesemodel
Karsten
Kemper
Kirchner
Klazen
Koch
Kretzer
Krüger
Lehmkuhl
Lepper
Linzmeier
Loch
Marquardt
Mathias
Morsch
Müller
Munich
Nack
Odebrecht
Opelt
Pfüzenreuter
Renaux
Richlin
Richter
Ritzmann
Rohling
Roskamp
Schaden
Schafer
Schlickmann
Schlindwen
Schlosser
Schmidt
Schneider
Schramm
Schroeder
Schubert
Schumacher
Schuwartz
Schweitzer
Stoltenberg
Storrer
Thiesen
Trinks
Vogelsanger
Voigt
Von Buettner
Weege - Carl
Weingartner
Wetzel
Wichern
Wilke
Witholft
Zimmermann